

## **O que faz uma Empresa de Microfinança Focar no Público Feminino? Evidência de uma Amostra Global**

### **What makes a Microfinance Company Focus on Women? Evidence from a Global**

#### **Michael Ferreira de Lima**

Mestre em Ciências Contábeis pelo Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar - bloco E Maracanã 20550-013 - Rio de Janeiro, RJ  
E-mail: [msc.michaelferreiradelima@gmail.com](mailto:msc.michaelferreiradelima@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9585-5382>

#### **José Francisco Moreira Pessanha**

Doutor em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica – PUC  
Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador do  
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL).  
Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar - bloco E Maracanã 20550-013 - Rio de Janeiro, RJ  
E-mails: [pessanha@ime.uerj.br](mailto:pessanha@ime.uerj.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7134-2388>

#### **Rodrigo de Oliveira Leite**

Doutor em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da  
Fundação Getúlio Vargas - FGV EBAPE  
Professor adjunto de finanças do COPPEAD/UFRJ  
Rua Pascoal Lemme, 355 - Sala 423, Cidade Universitária, 21941-918 - Rio de Janeiro, RJ -  
Brasil, Telefone: (21) 3938-9808  
E-mail: [rodrigo.oliveira@coppead.ufrj.br](mailto:rodrigo.oliveira@coppead.ufrj.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3504-4639>

#### **Francisco José dos Santos Alves**

Doutor em Contabilidade pela Universidade de São Paulo - USP  
Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar - bloco E Maracanã 20550-013 - Rio de Janeiro, RJ  
E-mails: [profranciscojose@gmail.com](mailto:profranciscojose@gmail.com)

### **Resumo**

O segmento de microfinanças é considerado um mecanismo capaz de proporcionar a inclusão financeira dos mais pobres, geralmente excluídos do sistema financeiro tradicional e, dessa forma, permitir que estes possam empreender e desenvolver atividades autônomas que gerem renda. As microfinanças podem ser consideradas especialmente importantes para o público feminino, uma vez que essa modalidade consegue promover o empoderamento das mulheres. Nesse cenário, faz sentido conhecer quais são as características das Instituições de Microfinanças (IMFs) que privilegiam o acesso das mulheres aos seus serviços. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar as variáveis que influenciam o acesso das mulheres a empréstimos em IMFs. Para esse fim, esta pesquisa analisou uma amostra composta por 59 IMFs de todo o mundo com o emprego do Modelo de Regressão Beta (MRB) para dados em painel. Os resultados indicam que a proporção de mulheres gerentes, o tamanho da instituição e a proporção de crédito solidário estão positivamente associados à proporção de mutuários do gênero feminino, enquanto a proporção de mulheres no conselho, modelo de governança e o tamanho médio dos empréstimos apresentam uma relação oposta. Os resultados obtidos neste

trabalho podem ser utilizados para instrumentalizar o controle gerencial das IMFs que possuam o compromisso institucional de atender as mulheres.

**Palavras-chave:** Microfinanças; Desigualdade de gênero; Controle gerencial; Modelo de Regressão Beta.

### **Abstract**

The microfinance segment is considered a mechanism capable of providing financial inclusion for the poorest, generally excluded from the traditional financial system, and thus allowing them to undertake and develop autonomous activities that generate income. Microfinance can be considered especially important for women, as this modality can promote women's empowerment. In this scenario, it makes sense to know the characteristics of Microfinance Institutions (MFIs) that privilege women's access to their services. Therefore, the objective of this work is to identify the variables that are associated with MFIs that prioritize women's access to their loans. To this end, this research analyzed a sample composed of 93 MFIs from around the world using the Beta Regression Model for panel data. The results indicate that the proportion of female managers, the size of the institution and the proportion of solidarity credit are positively and statistically associated with the proportion of female borrowers, while the proportion of women on the board, governance model and the average size of loans show an opposite relationship. The results obtained in this work can be used to implement the management control of MFIs that have an institutional commitment to serving women.

**Keywords:** Microfinance. Gender inequality. Management Control, Beta Regression Model.

## **1 Introdução**

O acesso à renda ainda constitui um desafio no combate à pobreza, o que torna fundamental a compreensão dos fatores responsáveis por essa dificuldade (Dawood et al., 2019). Nesse sentido, para Banerjee et al. (2015), é imprescindível a criação de mecanismos que permitam o acesso dos mais pobres a fontes de renda sustentáveis. Assim, a inclusão financeira surge como um meio de oferecer soluções incrementais de acesso à renda (Chibba, 2009).

A relação entre inclusão financeira e acesso à renda ficou evidente no trabalho de Omar e Inaba (2020) que verificaram uma forte correlação entre a inclusão financeira e a renda per capita (0,7269), e uma relação inversa entre esta e as taxas de pobreza (- 0,6249). Além desses, outros estudos que investigaram a relação entre inclusão financeira, pobreza e desigualdade de renda também identificaram efeitos positivos (Hussaini & Chibuzo, 2018; Schimied & Marr, 2016; Miled & Rejeb, 2015; Awojobi, 2014).

Dawood et al. (2019), por sua vez, verificaram que famílias chefiadas por mulheres possuem maior probabilidade de estarem em condições de pobreza quando comparadas com outras, de mesma configuração, chefiadas por homens. Os autores também argumentam que a inclusão financeira reduz essa probabilidade. Assim, com base nos achados desses autores indicam que fomentar a inclusão de famílias chefiadas por mulheres seria relevante para redução da pobreza.

Entre as ferramentas utilizadas para promoção da inclusão financeira destacam-se as microfinanças que, como esclarecem Zeller e Meyer (2002), atuam como um mecanismo eficaz de redução da pobreza, principalmente, devido às oportunidades criadas pelo microcrédito. Este permite aos pobres se libertarem das restrições financeiras e adquirirem ativos para empreender ou ampliar seus negócios.

As microfinanças também representam um mecanismo para redução da desigualdade de gênero e o empoderamento feminino (Saravanan & Dash, 2017). Além disso, Duflo (2012) destaca que as mulheres possuem um papel essencial para consecução de objetivos sociais,

visto que, evidências sugerem que os recursos controlados por elas são direcionados de forma mais eficiente a bens e serviços que melhoram o bem-estar de suas famílias. Assim, muitas instituições do segmento possuem o objetivo de promover o acesso feminino aos serviços financeiros, buscando aumentar a autonomia e a importância da mulher na sociedade (Muhammad, 2012).

Contudo, somente atingir os objetivos sociais não é suficiente para as Instituições de Microfinanças (IMFs). Pois, as organizações que se mostram mais efetivas são aquelas que conseguem expandir todos os lados do chamado “triângulo crítico das microfinanças” que englobam o alcance social, sustentabilidade financeira e o impacto na qualidade de vida dos beneficiários. Porém, dada a configuração desses objetivos, alguns conflitos podem ocorrer (Zeller & Meyer, 2002).

Uma dessas formas desse conflito ficou conhecida na literatura de microfinanças como “deriva da missão” ou “abandono da missão”. Esse fato ocorre quando as IMFs passam a perseguir objetivos de caráter comercial em detrimento de sua “missão” social de reduzir a pobreza (Leite, Mendes & Sacramento, 2019). Nesse cenário, a busca da sustentabilidade financeira pode resultar no “deriva da missão” (Ben Soltane, 2012), e penalizar os objetivos sociais destas organizações, entre eles o acesso das mulheres ao crédito.

Nesse contexto surge a necessidade de conhecer quais elementos estão associados à Proporção de Mutuários do Gênero Feminino (PMGF) nas carteiras de crédito dessas instituições. Desse modo, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais as variáveis associadas as IMFs que priorizam acesso das mulheres a seus empréstimos? Assim, para responder a essa questão, este trabalho pretende identificar as variáveis que estão associadas às IMFs que priorizam acesso das mulheres a seus empréstimos. Apesar da existência de debates na literatura relativos aos efeitos de uma maior participação feminina nas carteiras de créditos de IMFs e suas consequências para a sustentabilidade financeiras destas, não foi possível identificar na literatura nenhum trabalho que investigue quais as principais características das instituições de microfinanças que privilegiam o atendimento às mulheres.

Assim, a relevância da presente pesquisa está vinculada ao suprimento dessa lacuna. Pois, apesar das atividades de microfinanças possuírem em sua concepção um enfoque predominantemente social de inclusão dos mais pobres, principalmente mulheres, o atendimento das necessidades destas não ocorre de forma homogênea entre as diversas instituições (Memon; Akram & Abbas, 2020). Ainda mais, quando entra na equação a possibilidade de desvio da missão social em favor da sustentabilidade. O que pode levar as instituições a buscarem diferentes metas de atendimento ao público feminino.

Da perspectiva da controladoria a importância deste estudo está ligada a possibilidade de estruturar o sistema de controle gerencial das IMFs para que possam incorporar as variáveis identificadas como relevantes para acesso das mulheres a serviços financeiros. Permitindo, dessa forma, incluir no sistema das organizações ferramentas de controle para algumas dessas variáveis. E assim, tentar direcionar e adequar suas operações ao objetivo de atingir o maior número possível de mulheres.

Desse modo, este artigo está estruturado em cinco partes, incluindo a presente introdução. Na seção dois é apresentado o referencial teórico que fundamentará a pesquisa realizada. A seção três dedica-se à apresentação da metodologia empregada. Na seção quatro são apresentados e discutidos os resultados encontrados e uma breve análise sobre a adequação do modelo. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste estudo.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Inclusão financeira, microfinanças e redução da pobreza.**

Na visão de Banerjee et al. (2015), o combate à pobreza está relacionado ao suprimento das necessidades das camadas mais pobres da população a partir da obtenção de fontes seguras de renda, destacando-se, entre estas, o trabalho autônomo como meio de concretizar esse objetivo. Como esclarecem Zeller e Meyer (2002), as formas de inclusão financeira, como as microfinanças, são mecanismos eficazes de redução da pobreza, principalmente devido às oportunidades geradas pelo microcrédito. Dado que este instrumento financeiro possibilita as populações mais pobres criarem ou expandirem seus negócios por meio da aquisição de ativos.

Neste ponto, é importante esclarecer que a inclusão financeira é compreendida como a prestação de serviços financeiros, com custos acessíveis, para grupos desfavorecidos como a população de baixa renda em geral (Hussaini & Chibuzo, 2018). Segundo Zeller e Meyer (2002) a inclusão financeira impacta na renda familiar de três formas. A primeira é através da realização de investimentos que permitem a expansão da produção e um aumento da renda. Outra forma é por meio da otimização na alocação de risco da carteira de ativos dos clientes. E, por fim, suavização do padrão de consumo diante de algum evento inesperado. Para Schmied e Marr (2016), o vínculo entre pobreza e o acesso aos serviços financeiros reside na dificuldade que os mais pobres encontram para acessar esse serviço, especialmente, o crédito.

Assim, vários estudos que investigaram a relação entre inclusão financeira, pobreza e desigualdade de renda nos países em desenvolvimento conseguiram identificar algum tipo de efeito positivo (Omar & Inaba, 2020; Hussaini & Chibuzo, 2018; Schmied & Marr, 2016; Miled & Rejeb, 2015; Awojobi, 2014). A Tabela 1 apresenta uma síntese de estudos sobre inclusão financeira e redução da pobreza.

Tabela 1

**Estudos sobre inclusão financeira e redução da pobreza**

<b>Autor</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultado</b>
Awojobi (2014)	Nigéria	Investigar como as IMFs contribuíram para redução da pobreza na Nigéria.	Verificou que 65% dos entrevistados, clientes de IMFs, concordaram que o acesso ao crédito impactou positivamente suas receitas. E que 82,50% consideram que esses serviços melhoram o bem-estar das famílias.
Miled e Rejeb (2015)	Países em Desenvolvimento	Examinar a relação entre microfinanças e redução da pobreza em nível macro.	Demonstrou que os países que possuem IMFs com maior carteira de crédito bruto per capita tendem a ter índices mais baixos de pobreza e maior nível de consumo per capita.
Schmied e Marr (2016)	Peru	Avaliar o impacto do microcrédito e das microfinanças sobre a pobreza.	Identificou que a inclusão financeira tem um efeito de alívio em diferentes medidas de pobreza. Enfatizando a importância de evitar a exclusão de acesso aos serviços financeiros
Hussaini e Chibuzo (2018)	Nigéria	Investigar os efeitos da inclusão financeira na redução da pobreza	Encontrou evidências que atestam a relação positiva entre inclusão financeira e redução da pobreza, dado que os resultados das hipóteses testadas apontam para esta conclusão.
Dawood et. al. (2019)	Indonésia	Fornecer evidências do impacto da inclusão financeira sobre a pobreza em nível familiar.	Mostrou que o gênero do chefe da família afeta a probabilidade de uma família estar em pobreza absoluta. Além disso, a inclusão financeira tem o potencial de reduzir o risco de pobreza.
Omar e Inaba (2020)	Países em Desenvolvimento	Investigar o impacto da inclusão financeira na redução da pobreza e da	Identificou evidências robustas de que as economias com maior inclusão financeira possuem taxas de pobreza e desigualdade de

---

desigualdade de renda

renda significativamente menores nos países em desenvolvimento.

---

Fonte: O autor, 2024.

Contudo, segundo Freitas (2013), existem dificuldades que as organizações financeiras formais encontram para atender necessidades específicas das populações mais pobres, dado a existência de elevados custos fixos e a presença de assimetrias de informação. Diante deste quadro, as microfinanças podem ajudar os mais pobres a empreender, ampliar seus negócios e, ainda, a economizar recursos de maneira mais eficiente (Leite, 2017).

Segundo Quayes (2012), as IMFs possuem uma estrutura operacional e institucional que difere das instituições tradicionais. Dado que a maioria das IMFs não depende de depósito como principal fonte de recursos, o que permite oferecer pequenos empréstimos a partir de configurações inovadoras como: crédito sem garantias, modalidade de empréstimos em grupo, estrutura de financiamento progressiva, acordos de reembolsos imediatos, entre outros.

Assim, diante da missão desempenhada por essas instituições para redução da pobreza e acesso a renda, torna-se indispensável o debate de sua atuação entre os grupos mais vulneráveis. Entre os segmentos mais socialmente vulneráveis Arnold e Gammage (2019) destacam as mulheres, principalmente, no que se refere a questões relacionadas à educação e questões de tradição cultural que envolva o gênero. Nesse contexto, compreender o papel da inclusão financeira das mulheres para redução da pobreza.

## **2.2 Importância da inclusão financeira feminina**

O estudo de Dawood et al. (2019) apontou que as famílias que possuíam como chefe uma mulher apresentavam uma probabilidade maior de estarem em condições de pobreza em comparação com famílias chefiadas por homens que possuíam a mesma configuração. Esse resultado indica que incluir financeiramente as famílias chefiadas por mulheres tenderia a ser relevante para mitigação da condição de pobreza de uma população.

Acrescenta-se, ainda, o papel desempenhado pelas mulheres para consecução de objetivos sociais, dado que os recursos controlados por estas são direcionados a bens e serviços que melhoram o bem-estar de suas famílias. Nessa perspectiva, o microcrédito pode exercer uma dupla função, podendo instrumentalizar o empoderamento feminino e, também, impulsionar o alcance dos objetivos sociais (Duflo, 2012).

Neste contexto, Swamy (2014) indicou que a participação das mulheres pobres em programas de inclusão financeira resultou em forte impacto no crescimento da renda familiar e no bem-estar de famílias indianas. Acrescendo que Banerjee et al. (2015) verificaram que intervenções que aumentam a renda das mulheres apresentam repercussões em relação ao empoderamento destas.

As mulheres, como defendem Arnold e Gammage (2019), encontram mais barreiras para acessar os serviços financeiros. A explicação para esse fenômeno passa por questões sociais enfrentadas pelo gênero feminino como a limitações de mobilidade e maiores responsabilidades familiares. E como apontam Leite e Civitarese (2019), os problemas que afligem o empreendedorismo masculino são sentidos de maneira desproporcional pelas mulheres. Dentre esses problemas está a falta de históricos de crédito e garantias que amplificam as dificuldades de acesso a esses serviços.

Segundo Duflo (2012) as IMFs que privilegiam o acesso das mulheres ao crédito argumentam que estas possuem maior probabilidade de serem excluídas de fontes formais de crédito. Por isso, segundo Abdullah e Quayes (2016), a maioria das IMFs possui como principal alvo as mulheres. Desse modo, para que o público que possui maior restrição de

acesso aos serviços financeiros possa continuar recebendo apoio dessas organizações é necessário que o enfoque das mesmas continue no seu objetivo social e não migrem para finalidades predominantemente financeiras.

### **2.3 Microfinanças e a deriva da missão**

As IMFs, em geral, se defrontam com o chamado “triângulo crítico das microfinanças” que ilustra as três dimensões a serem perseguidas por essas organizações. Assim, essas instituições devem conciliar desempenho social, sustentabilidade financeira e impacto na qualidade de vida dos clientes (Zeller & Meyer, 2002). Como esclarecem D’Espallier, Hudon e Szafarz (2013) o desempenho social é avaliado na literatura a partir de vários indicadores, entre eles, o acesso das mulheres aos serviços.

Nesse contexto, organizações realmente efetivas são aquelas que conseguem expandir todas essas dimensões. Contudo, dada a configuração desses objetivos, alguma forma de compensação entre eles pode acabar ocorrendo (Zeller & Meyer, 2002). Segundo Leite, Mendes e Sacramento (2019), uma dessas formas de compensação é conhecida como “deriva da missão”. Isso ocorre quando as IMFs perseguem objetivos comerciais em detrimento de sua “missão” social de reduzir a pobreza.

O cenário competitivo do setor tem motivado o debate relativo ao *trade-off* entre desempenho financeiro e desempenho social. Pois, as IMFs estariam tentadas a perseguir os objetivos financeiros em detrimento ao enfoque social (Ben Soltane, 2012), o que inclui o acesso feminino a esses serviços. Assim, torna-se relevante identificar as características das IMFs, que mesmo diante da possibilidade de “deriva da missão”, conseguem manter o objetivo de ofertar seus serviços às mulheres.

### **2.4 Variáveis relacionadas com acesso das mulheres ao crédito**

Como destacam Leite, Mendes e Sacramento (2019), não existe consenso sobre como as IMFs devem se estruturar para obter os melhores resultados na consecução dos diversos objetivos estabelecidos. Neste sentido, pouca atenção é destinada a investigar quais as características das instituições que desempenham sua missão social com sucesso. Nesse ponto, dado o potencial que o fenômeno da deriva da missão possui de penalizar os objetivos sociais, como o acesso aos serviços financeiros pelas mulheres, em favor da sustentabilidade financeira, faz sentido investigar se as variáveis relacionadas ao desempenho financeiro possuem alguma relação com proporção de mutuários do gênero feminino.

Nesse sentido, como argumenta Memon, Akram e Abbas (2020), compreender o papel e os efeitos da participação feminina no mercado de microfinanças viabiliza a elaboração de um planejamento específico para o setor. De modo que explorar questões referentes à organização e características das IMFs podem auxiliar na construção de estratégias que permitam atingir os objetivos como sustentabilidade financeira e ampliação do alcance social simultaneamente.

Inicialmente, os primeiros aspectos que serão selecionados são relativos à composição dos recursos humanos, ou capital humano, utilizados pelas instituições. Essas características têm sua relevância ampliada por estarem relacionadas com fatores organizacionais das instituições. Mais especificamente, a possibilidade de promoção de mudanças internas, como o recrutamento de profissionais para a linha de frente, treinamento e o sistema de incentivos que permitam melhorar o desempenho social (Copestake, 2007).

Nesse contexto, o estudo conduzido por Memon, Akram e Abbas (2020) traz significativa contribuição, uma vez que investiga os diferentes papéis (ou seja, mutuário, membro do conselho, gerente e oficial de crédito) desempenhados por mulheres nas IMFs e seus efeitos sobre a sustentabilidade financeira e o alcance das instituições. Ou seja, analisa exatamente os efeitos dessas variáveis sobre as dimensões relevantes para o dilema da deriva

da missão. Os resultados encontrados indicam que há um impacto negativo de mutuários e oficiais de crédito do sexo feminino sobre a sustentabilidade financeira, exceto para os cargos de gestão, cujo impacto é insignificante. Por outro lado, tem um efeito positivo nas dimensões de alcance, exceto para a função de agente de crédito, que têm uma influência negativa significativa nos resultados sociais. Portanto, conclui-se que a participação feminina nas microfinanças aumenta o desempenho social e diminui a sustentabilidade financeira.

Ainda em relação à participação feminina e suas implicações sobre o desempenho financeiro. O estudo realizado por Boehe e Cruz (2013) revelou que o papel de liderança realizado por mulheres na alta administração das IMFs têm um efeito positivo e significativo na sustentabilidade financeira das IMFs. Além disso, trabalho de Strøm, D'Espallier e Mersland (2014) indica que a presença de mais mulheres no conselho das IMFs pode ser associada a efeitos positivos sobre os retornos financeiros dessas organizações.

Somente os resultados anteriormente relatados já seriam motivos suficientes para justificar o emprego das variáveis utilizadas no estudo de Memon, Akram e Abbas (2020), dado que demonstram a existência de efeitos significativos tanto sobre o desempenho social quanto financeiro das IMFs. Contudo, além das questões relacionadas à deriva da missão, Banerjee, Karlan e Zinman (2015) também destacam a possibilidade de viés de seleção pelo lado da oferta, uma vez que os credores podem selecionar os mutuários com base em aspectos relacionado a probabilidade de sucesso dos investimentos realizados, neste caso fundamentado na possibilidade de lucro. Ou, por outro lado, no nível de pobreza enfrentado pelos tomadores, sendo nesta situação baseado na possibilidade da promoção de mudanças sociais.

O estudo conduzido por Beck, Behr e Madestam (2018) apontou que os mutuários atendidos pela primeira vez por agentes de créditos do gênero oposto possuíam uma probabilidade menor de retornar à instituição em busca de um novo empréstimo. Além disso, esses mutuários também recebiam empréstimos menores, com taxas de juros mais elevadas e com prazo mais curto, mesmo que não apresentem atrasos maiores. A situação identificada por esse estudo aponta para um significativo viés de gênero no segmento de microfinanças.

Algumas hipóteses para essa possível identificação de gênero podem ser extraídas de Hartarsé (2009), que argumenta que proporções maiores de mulheres na alta administração, aumenta o alcance a clientes indigentes. Porque as gerentes e membros do conselho do sexo feminino têm competências mais adequadas para avaliar os clientes, principalmente clientes do sexo feminino. Além disso, esse conhecimento mais elevado poderia se traduzir em custos operacionais menores, aumento do alcance e redução da assimetria de informação. Isso porque a identificação de gênero permite a esses profissionais compreender melhor as necessidades e limitações de seus clientes (Mersland & Strøm, 2008).

Desse modo, a participação das mulheres na estrutura das instituições, como capital humano, também poderia estar relacionada com a participação de mulheres na carteira de crédito das instituições. Deste modo, esta pesquisa relaciona a proporção de mulheres atuando na estrutura das IMFs com a proporção de mutuários do gênero feminino.

Outro aspecto muito discutido em microfinanças diz respeito aos efeitos do modelo de governança (orientação para o lucro) sobre o desempenho financeiro e social (Abdullah & Quayes, 2016; Leite & Civitarese, 2019; Leite, Mendes & Moreira, 2020). Isso porque, como aponta D'Espallier, Guérin e Mersland (2011), esta característica pode resultar em impactos tanto sobre o desenvolvimento das políticas de gênero, como também, sobre a forma de atuação dessas organizações.

Leite, Mendes e Sacramento (2019) indicam que a orientação para lucro pode ser considerada uma das características que mais influenciam o comportamento dos gestores de uma IMFs ao tomar decisões sobre a alocação de recursos. Além disso, as instituições sem

fins lucrativos, inicialmente, sofrem uma pressão menor em relação aos retornos esperados, de modo, a enfrentar menos dificuldades no cumprimento dos objetivos sociais.

Reforça essa importância o estudo realizado por Quayes (2012) que demonstra que as IMFs com fins lucrativos possuem uma auto suficiência operacional melhor e, ainda, maior saldo médio de empréstimos por mutuário em relação às organizações sem fins lucrativos que operam no setor. O que fortalece a percepção de que as instituições voltadas para o lucro focam no desempenho financeiro em detrimento do alcance.

Leite e Civitarese (2019) conseguiram identificar que, para o período compreendido entre 2010 e 2014, as IMFs latino-americanas sem fins lucrativos possuíam uma porcentagem de mutuário do gênero feminino maior em relação a seus pares com finalidade lucrativa. Portanto, este estudo teoriza a existência de uma relação entre o modelo de governança das IMFs e a proporção de mutuários do gênero feminino na carteira de crédito das IMFs.

O tamanho da instituição é outra perspectiva que merece ser considerada, uma vez que esta característica das IMFs é apontada como significativa para o desempenho financeiro e social das mesmas. Pois, como apontam Abdullah e Quayes (2016), o tamanho das IMFs, mensurado a partir da carteira bruta de empréstimos, apresenta um efeito considerável sobre o desempenho financeiro. Diante da possibilidade de desvio da missão, o tamanho das instituições poderia afetar, também, o desempenho social impactando, conseqüentemente, o acesso feminino aos serviços financeiros.

Para Ben Soltane (2012) o tamanho das IMFs pode ter uma relação inversa com sua propensão a atender mutuários do gênero feminino. Pois, conforme estas instituições crescem, passando a possuir um maior número de clientes ativos, ocorre a perda do interesse em servir as mulheres. E assim, estariam mais inclinadas a se desviar da missão à medida que a organização aumenta de tamanho, uma vez que passariam a atender clientes com níveis de renda mais elevados. Nesse cenário, é possível propor a existência de uma relação entre o tamanho da instituição das IMFs e a proporção de mutuários do gênero feminino.

Outro fator com potencial de impactar o acesso das mulheres aos serviços financeiros é a composição da estrutura de capital das IMFs. Pois, como explica Quayes (2012), quanto maior o volume de recursos obtidos a partir de capital de terceiros, maior seria a pressão para o alcance da sustentabilidade financeira. Neste cenário, o objetivo de oferecer crédito de forma mais acessível às camadas mais pobres da população ficaria ameaçado, uma vez que os financiadores do capital de terceiros teriam incentivos a pressionar pela redução dos riscos da carteira de crédito como forma de proteger seu capital. Principalmente quando é considerado o modelo de governança voltado para a lucratividade.

A pesquisa realizada por Abdullah e Quayes (2016) constatou, conforme esperado, que o nível de patrimônio líquido possui um efeito positivo e estatisticamente significativo no desempenho financeiro. Assim, as instituições com um determinado nível de capital próprio poderiam estar mais inclinadas a possuir um enfoque no desempenho financeiro em detrimento aos objetivos sociais e, conseqüentemente, impactar no atendimento ao público feminino. Desse modo, é aceitável teorizar a existência de uma relação entre a estrutura de capital das IMFs e a proporção de mutuários do gênero feminino.

D'Espallier, Guérin e Mersland (2011) reconhecem que a metodologia de empréstimo também possui influência na relação entre gênero e reembolso. Acrescentando, ainda, que os empréstimos em grupo são considerados um método feminino. Pois, as mulheres tenderiam a ingressarem mais facilmente em grupos e a participarem mais ativamente das suas.

Ben Soltane (2012) conseguiu identificar evidências que sugerem um direcionamento cada vez maior dos empréstimos realizados através das metodologias de grupos para mulheres. Assim, seria factível estabelecer uma associação entre a metodologia de crédito, mais especificamente os empréstimos em grupo, e um maior acesso do público feminino aos

serviços financeiros. Este achado permite teorizar a existência de uma relação entre a metodologia de empréstimos das IMFs e a proporção de mutuários do gênero feminino.

Outro importante aspecto para discussão aqui apresentada é o tamanho dos empréstimos concedidos. Assim, Mersland e Strøm (2010) indicam três hipóteses principais que implicam em desvio da missão: lucratividade por cliente, custos por cliente e risco do cliente. As duas primeiras estariam vinculadas a necessidade de aumento do tamanho médio dos empréstimos para melhorar os resultados financeiros. O que acabaria por resultar no abandono do segmento mais pobre. Enquanto, o risco pode ser limitado tanto fazendo empréstimos menores, quanto migrando para clientes em melhor situação financeira.

Desse modo, o tamanho dos empréstimos também seria uma variável relevante, na medida em que há uma expectativa de que as instituições que possuem enfoque nas mulheres liberam empréstimos menores. Sendo esta expectativa decorrente de diversos fatores como problemas de oferta e demanda, ou até mesmo, de uma maior aversão ao risco apresentada pelo público feminino, que por isso, tomam empréstimos de menor montante (D'espallier, Guerin & Mersland, 2011). Diante desses argumentos, este trabalho teoriza a existência de uma relação entre o tamanho médio dos empréstimos concedidos pelas IMFs e a proporção de mutuários do gênero feminino.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

De forma resumida, em relação aos aspectos metodológicos é possível argumentar que, segundo os critérios de classificação apresentados por Vergara (1998), esta pesquisa pode ser considerada quanto a seus fins como uma pesquisa descritiva. Pois, como esclarece a autora, corresponde a um tipo de pesquisa que possui o intento de revelar as características de uma dada população. Quanto aos meios, a presente investigação pode ser caracterizada como bibliográfica e documental, também considerando os critérios Vergara (1998). E ainda, é preciso ressaltar que o presente estudo está estruturado com base no método de pesquisa quantitativo, pois utiliza procedimentos estatísticos com o intuito de comprovar a existência de relação entre os atributos investigados de modo a especificar as características dos elementos em estudo (Markoni & Lakatos, 2013).

#### **3.1 População e amostra**

Este trabalho utilizou o conceito de população proposto por Vergara (2016), que esclarece tratar-se de um conjunto de elementos dotados de características de interesse para o estudo. Assim, a população desta pesquisa é definida pelo conjunto formado por todas as IMFs em operação no mundo. O conceito de amostra também segue a definição da autora e compreende uma fração da população, selecionada a partir de critérios que assegurem sua representatividade. Logo, a amostra utilizada compreende todas as IMFs que divulgam suas informações na plataforma *Microfinance Information eXchange (MIX)*, ou *MIX Market*. Segundo Quayes (2012), o *Mix Market* é uma plataforma na web que apresenta informações financeiras de diversas IMFs. Assim, inicialmente, a amostra possuía um total de 3237 IMFs distribuídas em todo o mundo.

#### **3.2 Coleta de dados**

O critério cronológico foi utilizado para orientar a coleta de dados. Desse modo, o período de 2014 até 2018 foi considerado de interesse para o estudo. A seleção ocorreu por se tratar de um período pouco explorado na literatura em que um número significativo de instituições disponibiliza suas informações na base de dados utilizada neste estudo. O passo seguinte foi selecionar as informações referentes aos indicadores utilizados no modelo construído para esta análise.

O método empregado demanda que todas as informações utilizadas na construção dos indicadores estejam disponíveis para todo o período. Contudo, verificou-se a ausência de informações durante a coleta. Esta situação resultou na redução significativa da amostra inicial. Assim, a amostra definitiva foi composta por 59 instituições com dados compreendidos de 2014 a 2018 e que resultaram em 295 observações.

As observações coletadas são estruturadas como dados em painel, ou seja, as mesmas unidades (IMFs) são acompanhadas ao longo do tempo, o que torna possível capturar a variação tanto entre as unidades quanto dentro delas ao longo do tempo e tratar a heterogeneidade das unidades (Abdullah & Quayes, 2016).

### 3.3 Construção dos modelos

O modelo empregado pressupõe uma relação entre a variável dependente do modelo, PMGF e outras variáveis independentes. Estas últimas selecionadas a partir da literatura sobre o tema. Desse modo, as relações podem ser resumidas na seguinte função:

$$PMGF = f(PMC, PMG, PMAC, MG, TI, PCP, PCS, TME) \quad (1)$$

em que:

*PMGF*: Proporção de Mutuários do Gênero Feminino;

*PMC*: Proporção de Mulheres Conselheiras;

*PMG*: Proporção de Mulheres Gerentes;

*PMAC*: Proporção de Mulheres Agentes de Crédito;

*MG*: Modelo de Governança (Orientação para o Lucro);

*TI*: Tamanho da instituição;

*PCP*: Proporção de Capital Próprio;

*PCS*: Proporção de Crédito Solidário;

*TME*: Tamanho Médio dos Empréstimos

No que tange às variáveis independentes utilizadas, Tabela 2, o primeiro grupo de variáveis PMC, PMG, PMAC relaciona-se à composição do capital humano das IMFs. Essa seleção baseou-se em estudo que relacionou essas variáveis a sustentabilidade financeira (Memon, Akram & Abbas, 2020), e também, pela possibilidade, sugerida por Beck, Behr e Madestam (2018) de ocorrência de viés de seleção de mutuários baseado em gêneros. Além disso, Hartarska (2009) aponta que mulheres possuem a capacidade de avaliar melhor a situação de seus pares.

Outro grupo corresponde as variáveis estruturais, que descrevem aspectos institucionais. Nesse grupo estão as variáveis MG, TI, PCP. A variável MG indica se a IMF é orientada pela finalidade lucrativa ou não (D'Espallier, Guérin & Mersland, 2011; Leite & Civitarese, 2019 e Leite, Mendes & Moreira, 2020). Já, a variável TI, discutida por Ben Soltane (2012), capta o tamanho da instituição a partir da sua carteira bruta de crédito, indicando sua capacidade financeira. Por fim, a variável PCP, utilizado por Quayes (2012), expressa a estrutura de capital da instituição ao apontar a proporção de capital próprio.

A PCS está relacionada com a PMGF, pois, como enfatiza D'Espallier, Guérin e Mersland (2011), essa modalidade é caracterizada pela elevada participação de mulheres entre seus mutuários, por isso, é considerado um método essencialmente feminino. Por fim, a inclusão da variável TME deve-se ao estudo realizado por Quayes (2012), que indicou um impacto negativo do tamanho médio dos empréstimos sobre o alcance das IMFs. A Tabela 2 esclarece como cada variável é mensurada, sua interpretação e fontes.

Tabela 1  
**Variáveis empregadas no modelo**

Variáveis	Descrição	Fórmula	Interpretação	Autores	Efeito Esperado
<b>F</b>	Proporção de Mutuários do Gênero Feminino	$\frac{N^{\circ} \text{ de Clientes do Gênero Feminino}}{\text{Total de Clientes}}$	Proporção de mutuários do gênero feminino em relação ao total de mutuários da IMF.	Memon, Akram e Abbas (2020); Leite e Civitarese (2019); D’Espallier, Guérin e Mersland (2011)	-----
<b>PMC</b>	Proporção de Mulheres no Conselho	$\frac{N^{\circ} \text{ de Conselheiros do Gênero Feminino}}{\text{Total de Conselheiros}}$	Proporção de mulheres na composição do Conselho Administrativo das IMF	Memon, Akram e Abbas (2020)	Positivo
<b>PMG</b>	Proporção de Mulheres Gerentes	$\frac{N^{\circ} \text{ de Gerentes do Gênero Feminino}}{\text{Total de Gerentes}}$	Proporção de mulheres em relação ao total de gerentes que atuam na IMF.	Memon, Akram e Abbas (2020)	Positivo
<b>PMAC</b>	Proporção de Mulheres Agente de Crédito	$\frac{N^{\circ} \text{ de Agentes de Crédito do Gênero Feminino}}{\text{Total de Agentes de Crédito}}$	Proporção de agentes de crédito do gênero feminino em comparação ao total de agente de crédito da IMF.	Beck, Behr e Madestam (2018); Memon, Akram e Abbas (2020)	Positivo
<b>MG</b>	Modelo de Governança	{1, com fins lucrativos 0, sem fins lucrativos	É uma variável binária que indica a orientação da IMF para lucro. Caso possua orientação para o lucro essa variável assume o valor de 1, do contrário assume o valor 0.	Leite, Mendes e Moreira (2020); Leite, Mendes e Sacramento (2019); Quayes (2012)	Negativo
<b>Ln (TI)</b>	Tamanho da Instituição	Ln(Valor da Carteira Bruta de Empréstimo)	Mensura em escala logarítmica o tamanho da IMF. Representada, neste caso, pelo valor da carteira bruta.	Abdullah e Quayes (2016); Ben Soltane (2012)	Negativo
<b>PCP</b>	Proporção de Capital Próprio	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capital Próprio} + \text{Capital de Terceiros}}$	Proporção de capital próprio em relação ao capital total utilizado pela instituição.	Quayes (2012)	Positivo
<b>PCS</b>	Proporção de Crédito Solidário	$\frac{\text{Valor Total de Crédito solidário}}{\text{Valor da Carteira Bruta de Crédito}}$	Proporção da modalidade de crédito com aval solidário na composição da carteira da carteira bruta de crédito.	D’Espallier, Guérin e Mersland (2011); Ben Soltane (2012)	Positivo
<b>Ln (TME)</b>	Tamanho Médio dos Empréstimos	$\text{Ln} \left( \frac{\text{Valor da Carteira Bruta de Crédito}}{\text{Número de Clientes}} \right)$	Tamanho médio dos empréstimos em escala logarítmica. Sendo calculado como o quociente a divisão do valor da carteira bruta de empréstimos pelo número de clientes.	D’Espallier, Guérin e Mersland (2011); Quayes (2012)	Negativo

Fonte: O autor, 2024.

Assim, o modelo básico foi construído para explicitar as possíveis relações existentes entre a variável dependente, PMGF, e as demais variáveis independentes, que são aquelas que podem influenciar o foco das IMFs nas mulheres. O modelo proposto é descrito conforme a equação (2), em que  $\beta$  denota os coeficientes de regressão a serem estimados, o subscrito  $i$  representa cada IMF que compõem a amostra, o subscrito  $t$  corresponde ao ano e  $\varepsilon$  representa o termo de erro, suposto ser um ruído branco.

$$PMGF_{it} = \beta_{0,i} + \beta_1 PMC_{it} + \beta_2 PMG_{it} + \beta_3 PMAC_{it} + \beta_4 MG_{it} + \beta_5 Ln(TI_{it}) + \beta_6 PCP_{it} + \beta_7 PCS_{it} + \beta_8 TME_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

em que:

$$i = 1, \dots, 93$$

$$t = 2014, \dots, 2018$$

O fato da variável resposta, PMGF, representar uma proporção, variando no intervalo entre 0 e 1, é uma característica relevante e indica a necessidade de buscar uma alternativa aos modelos de regressão linear, nos quais a variável resposta é contínua e ilimitada. Assim, neste trabalho foi empregado o Modelo de Regressão Beta (MRB), proposto por Ferrari e Cribari-Neto (2004).

De maneira geral, no MRB, as observações da variável resposta  $y_1, \dots, y_n$ , correspondem a uma amostra aleatória em que  $y_i$  é uma variável aleatória contínua, confinada ao intervalo  $[0, 1]$  e que segue distribuição  $Beta(\mu \phi, (1 - \mu)\phi) \forall i = 1, 2, \dots, n$ .

Neste caso, a função densidade de probabilidade Beta em (3) pode assumir vários formatos, em função dos parâmetros representados pela média ( $\mu$ ) e pela precisão do modelo ( $\phi$ ) (Travassos, Leite & Costa, 2018).

$$f(y; \mu, \phi) = \frac{\Gamma(\phi)}{\Gamma(\mu\phi)\Gamma((1-\mu)\phi)} y^{\mu\phi-1} (1-y)^{(1-\mu)\phi-1}, \quad 0 < y < 1 \quad (3)$$

Em que:  $0 < \mu < 1$ ,  $\phi > 0$  e  $\Gamma(s)$  é a função gama avaliada em  $s$ .

Conforme observado por Travassos, Leite e Costa (2018), no Modelo de Regressão Beta a variância da variável resposta é uma função de sua média ( $\mu$ ) e fixada a média, a variância da variável resposta diminui com o aumento do parâmetro de previsão  $\phi$ . Portanto, a heterocedasticidade da variável resposta é acomodada naturalmente pelo modelo de regressão beta. Ademais, como explicam Ferrari e Cribari-Neto (2004), a densidade pode ter tanto o formato simétrico, quanto assimétrico, dependendo do valor combinado dos dois parâmetros. Esse aspecto confere grande flexibilidade do modelo de regressão beta refletir a distribuição real da variável dependente.

Em termos gerais, um Modelo de Regressão Beta estabelece a seguinte relação entre a média da  $i$ -ésima unidade ( $\mu_i$ ) e os respectivos valores nas  $k$  variáveis explicativas  $X_{ij} \forall j=1, k$ :

$$g(\mu_i) = \sum_{j=1}^k \beta_j X_{ij} \quad (3)$$

Em que  $\beta_j$  é o coeficiente de regressão da  $j$ -ésima variável explicativa e  $g(\cdot)$  uma função de ligação, por exemplo, o logit  $g(\mu_i) = \ln[\mu_i/(1 - \mu_i)]$

A estimação dos parâmetros do modelo de regressão beta é realizada pelo método da máxima verossimilhança. No caso da função de ligação logit, o valor esperado da proporção da  $i$ -ésima unidade tem a seguinte relação com as estimativas dos coeficientes de regressão ( $\hat{\beta}_j \forall j = 1, k$ ):

$$\hat{\mu}_i = \frac{\exp\left(\sum_{j=1}^k X_{ij} \hat{\beta}_j\right)}{1 + \exp\left(\sum_{j=1}^k X_{ij} \hat{\beta}_j\right)} \quad (4)$$

O Modelo de Regressão Beta em (2) pode ser adaptado para o caso de dados em painel, bastando incluir um índice  $t$  nas variáveis e nas médias das unidades para denotar o ano da observação ( $t \in \{2014, \dots, 2018\}$ ). i.e.,  $y_{i,t}$ ,  $X_{ij,t}$  e  $\mu_{i,t}$ . Assim, as observações anuais podem ser agrupadas por IMF e indexadas no tempo ao longo do período 2014-2018. A estrutura dos dados aponta para dois efeitos sobre a variável resposta: 1) o efeito médio das variáveis independentes na variável resposta, considerado constante e representado pelos coeficientes de regressão (efeito fixo) e 2) o efeito da heterogeneidade ou das diferenças entre as unidades, um efeito considerado aleatório e representado por uma variável gaussiana  $\alpha_i \sim N(0, \sigma_\alpha^2)$  adicionada no lado direito da equação (3) e associada à  $i$ -ésima IMF, mas independente dos efeitos aleatórios das demais unidades e do termo de erro usual nos modelos de regressão. Em função da presença de efeitos fixos e aleatórios, o modelo resultante é denominado modelo linear generalizado de efeitos mistos (*generalized linear mixed models* – GLMM).

A abordagem proposta se mostrou adequada, dado que o conjunto de IMF analisadas é uma amostra e o objetivo principal do trabalho é identificar as variáveis relevantes para a variável PMGF e estimar seus efeitos (fixos) sobre esta variável, ao mesmo tempo em que controla os efeitos aleatórios. (Frees, 2004).

No que tange ao ajuste do modelo, a estimação dos parâmetros foi realizada por meio do pacote glmmTMB (Brooks et al., 2017) disponível para o ambiente R (R Core Team, 2022).

#### 4 Análise e Discussão dos Resultados

A presente seção objetiva realizar uma análise dos dados que compõem as amostras utilizadas neste estudo. Com esse intuito, inicialmente, foram empregadas ferramentas de estatísticas básicas para realizar uma análise descritiva das variáveis (média, mediana, desvio padrão, mínimo e máximo) de modo que o leitor possa compreender as características da amostra. Este tipo de informação é relevante para análises de caráter quantitativo. As estatísticas descritivas mencionadas serão apresentadas na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3

##### Estatística Descritiva da Amostra

	PMGF	PMC	PMG	PMAG	PDCC	MG	Ln (TI)	PCP	PCS	Ln(TME)
Média	0,58	0,299	0,36	0,42	0,0025	0,339	17,47	0,261	0,1089	7,1 625
Mediana	0,5	0,273	0,33	0,39	0	0	17,5	0,186	0	7,0896
Moda	1	0	0	0	0	0	18,63	0,153	0	8,8454
Desvio Padrão	0,22	0,214	0,25	0,23	0,0092	0,474	1,492	0,194	0,2741	1,2334
Mínimo	0	0	0	0	0	0	11,76	0,007	0	4,3706
Máximo	1	0,9	1	1	0,103	1	21,23	0,95	1	10,486

Fonte: O autor (2024)

O enfoque principal desta seção é compreender quais variáveis podem ser consideradas estatisticamente associadas à PMGF nas IMFs, identificando o impacto daquelas variáveis nesta proporção. Assim, os resultados obtidos ao aplicar o MRB aos dados são resumidos na Tabela 4, em que são apresentados os valores dos coeficientes de regressão estimados ( $\beta$ ) e, também, os respectivos  $p$ -valores.

Tabelas 4

#### Estimativas dos Coeficientes da Regressão - Amostra

Variável Explicativa	Estimadores ( $\beta$ )	Pr(> z )
Intercepto	-0.45465	0.625313
PMC	-0.88465	0.001303 **
PMG	0.38592	0.070471 .
PMAC	0.29203	0.364554
MG	-0.94856	0.002620 **
Ln (TI)	0.23362	0.002229 **
PCP	-0.20620	0.625594
PCS	0.72332	0.001719 **
Ln(TME)	-0.30521	0.000302 ***

. Significativo ao nível de 10%

\* Significativo ao nível de 5%

\*\* Significativo ao nível de 1 %

\*\*\* Significativo ao nível de 0,1%

Fonte: O autor (2024)

Desse modo, o primeiro passo é identificar as variáveis associadas, do ponto de vista estatístico, ao comportamento das IMF no que concerne à participação das mulheres na sua carteira de crédito. Diante deste propósito este estudo adotou como critério de identificação o  $p$ -valor da estimativa do coeficiente de regressão da variável explicativa. Esse critério é relevante, pois permite apontar se o coeficiente de regressão estimado tem significância estatística. Para esta análise foram considerados como estatisticamente relevantes as estimativas que se mostraram significativas nos níveis de significância igual ou inferior a

10%. A qualidade do ajuste do modelo é atestada pelo elevado valor alcançado pelo “pseudo”  $R^2$  (Travassos, Leite e Costa, 2018), cerca de 0,92.

Assim, com base nos resultados obtidos pela regressão e resumidos na Tabela 1, é possível assinalar que a PMG se mostrou significativa ao nível de 10%, já as variáveis PMC, MG, Ln(TI) e PCS se mostraram significativas ao nível de 1%. E, por fim, é preciso destacar a variável Ln(TME) que se mostrou significativa ao nível de 0,1%. Isso indica as variáveis explicativas que devem ser consideradas estatisticamente associadas com a variável PMGF.

Outro destaque diz respeito às categorias das variáveis que estão associadas à PMGF das IMFs. No modelo foram identificadas três categorias: recursos humanos, estrutural ou institucional, e operacional. Os resultados indicam que não há predominância de nenhuma categoria em relação à proporção de mulheres clientes das IMFs.

Dessa forma, é importante salientar que a PMAC não apresentou significância estatística de acordo com os critérios adotados. Sendo relevantes, na mesma categoria, apenas PMC e PMG. Esse resultado é intrigante, pois Beck, Behr e Madestam (2018) identificaram um possível viés de gênero em seu estudo, que apontaria para uma forte influência do gênero dos funcionários no acesso a serviços das IMFs. Mas, aqui, o resultado sugere que PMAC não possui relação com a proporção de mulheres atendidas.

Porém, a PMC e a PMG apresentaram significância estatística, sugerindo que são relevantes para o comportamento da PMGF. Nesse caso, é interessante que as duas funções são caracterizadas por possuírem maior influência e autonomia. Oferecendo, assim, uma explicação lógica para esse achado, pois cargos com esses atributos detêm maior poder de decisão e podem impor seus interesses. Entre estes a promoção da igualdade de gênero.

Em relação aos aspectos estruturais das IMFs associadas com a PMGF, os resultados apontam que apenas o MG e o Ln(TI) podem ser consideradas estatisticamente relevantes. Essa conclusão está de acordo com a literatura, dado que estudos como D’Espallier, Guérin e Mersland (2011), Leite e Civitarese (2019) e Leite, Mendes e Moreira (2020) indicam que o MG possui impacto significativo sobre os objetivos sociais e financeiros das IMFs. Ademais, Ben Soltane (2012) assinala que o TI tem repercussão na proporção de mulheres atendidas pela instituição.

Surpreende, ainda, a ausência de relevância da variável PCP, que mensura a estrutura de capital da instituição. Pois, para Quayes (2012), quanto maior proporção de capital de terceiros, mais suscetível estaria a organização a pressões dos proprietários desses recursos. E, assim, maior a probabilidade de deriva da missão. Porém, o resultado aqui encontrado não confirmou essa expectativa.

Por fim, os aspectos operacionais expressos pela PCS e pelo Ln(TME) estão estatisticamente relacionados com a PMGF. Este resultado está alinhado a maioria dos estudos encontrados da literatura. Por exemplo, D’Espallier, Guérin e Mersland (2011) possuem como característica atender predominantemente o público feminino. Já o TME relaciona-se aos objetivos sociais das IMFs, sendo utilizado como métrica de acesso dos mais pobres ao crédito.

O objetivo seguinte é verificar os efeitos dessas variáveis sobre a PMGF. Diante deste propósito, o sinal do coeficiente de regressão estimado do MRB foi selecionado como critério de determinação deste impacto. Desse modo, utilizando como referência o valor das estimativas dos coeficientes de regressão ( $\beta$ ) apresentados na segunda coluna da Tabela 1, é possível identificar que as variáveis PMG, Ln(TI) e PCS estão positivamente relacionadas com a proporção de mulheres clientes das IMFs. Enquanto as variáveis PMC, MG e Ln(TME) se mostraram negativamente relacionadas.

A relação positiva entre a proporção de mulheres gerentes (PMG) e a PMGF pode ser explicada pela visão de Hartarska (2009), que considera que mulheres ocupantes de posições de decisão nas IMFs seriam mais capacitadas para avaliar as clientes do mesmo gênero. O

tamanho da instituição, representada por Ln (TI), também está positivamente relacionada com a PMGF. Esse resultado discorda de Ben Soltane (2012), que aponta para uma relação inversa entre o TI e o acesso das mulheres ao crédito. O resultado indica o contrário, que IMFs com carteiras maiores são mais inclinadas ao atendimento do público feminino, o que seria associado à diminuição do risco individual dos clientes.

A última variável positivamente relacionada com PMGF é a proporção de crédito social (PCS). O resultado encontrado está alinhado com o observado por Ben Soltane (2012) e tem sua explicação fundamentada na ideia de que os empréstimos em grupo constituem um método com predominante participação feminina, como argumentam D’Espallier, Guérin e Mersland (2011).

Entre as características negativamente associadas à PMGF destaca-se a variável PMC. Contudo, se o resultado for observado sob a perspectiva de Strøm, D’Espallier e Mersland (2014), que relaciona presença de mulheres neste cargo a um desempenho financeiro melhor, então, é possível relacionar esse impacto negativo à deriva da missão. Porém, outra explicação é que as IMFs menos inclusivas podem incluir mais mulheres em seus conselhos numa tentativa de transmitir uma imagem de inclusão de gênero.

O modelo de governança (MG) também apresentou uma relação negativa PMGF. Assim, uma forma de interpretar esse resultado é que instituições sem finalidade lucrativas possuem uma PMGF maior, como descrito por Leite e Civitarese (2019). O que permite argumentar que a ausência de finalidade lucrativa torna essas organizações menos suscetíveis à deriva da missão (Abdullah & Quayes, 2016).

Por último, foi identificada a relação negativa entre o tamanho médio dos empréstimos (TME) e a PMGF. A explicação é que as mulheres são consideradas mais pobres detendo menos garantias. Além disso, elas seriam mais avessas aos riscos, e esses fatos resultariam em empréstimos menores. (D’espallier, Guérin & Mersland, 2011). Tal resultado permite concluir que o modelo funcionou de maneira satisfatória para estimar a PMGF.

## **5 Considerações Finais**

As microfinanças surgem como uma alternativa de acesso aos serviços financeiros e possui como objetivo a promoção do empreendedorismo. Entre os mais pobres é destaque a situação das mulheres, que são excluídas social e financeiramente. Nessa situação, elas dependem de mecanismos que promovam seu empoderamento e autonomia.

Nesse cenário, as microfinanças possuem a capacidade de promover o empoderamento das mulheres, principalmente a partir do crédito. Contudo, esse acesso pode ser dificultado pelo fenômeno da “deriva da missão”. Esse termo expressa a atitude das IMFs que negligenciam os objetivos sociais, incluindo o atendimento às mulheres, em favor de objetivos financeiros.

Neste contexto, esta pesquisa teve o objetivo geral identificar os elementos associados às IMFs que priorizam as mulheres. Assim, a metodologia aplicada identificou como relevantes as seguintes variáveis: a Proporção de Mulheres do Conselho, Proporção de Mulheres Gerentes, Modelo de Governança, Tamanho da Instituição, Proporção de Crédito Solidário e Tamanho Médio dos Empréstimos. Os resultados também indicam que a Proporção de Mulheres no Conselho, Modelo de Governança e Tamanho Médio dos Empréstimos possuem uma relação negativa com o acesso das mulheres ao crédito. Enquanto a Proporção de Mulheres Gerentes, Tamanho da Instituição e Proporção de Crédito Solidário estão positivamente associadas à Proporção de Mutuárias do Gênero Feminino.

Uma surpresa nos resultados foi o fato da PMC se revelar negativamente relacionada com a PMGF. Dado a expectativa de mais mulheres nos conselhos das IMFs resultassem num acesso maior das mulheres aos empréstimos da instituição. Nesse caso, é possível que as

IMFs com perfil menos inclusivo utilizarem uma proporção maior de mulheres em seus conselhos para transmitir uma imagem de engajamento nas políticas de promoção de gênero.

Desse modo, para amostra analisada, as IMFs que privilegiam o acesso das mulheres a seus empréstimos podem ser descritas como instituições de grande porte e organizadas sem a finalidade lucrativa, que operam com uma proporção elevada de crédito solidário em sua carteira e com tamanho médio de empréstimos menor. Além disso, possuem uma proporção menor de mulheres atuando no cargo de conselheira e maior atuando no cargo de gerente.

As conclusões deste trabalho podem fornecer, ainda, subsídios para auxiliar as interessadas em se organizar de forma a privilegiar o acesso de mulheres a seus empréstimos. Nesse sentido, as informações obtidas podem ser utilizadas para elaborar sistemas de controle gerencial que incluam os aspectos, recursos e características que comprovadamente estão relacionados com uma inclusão mais efetiva do público feminino. E que possa contribuir também para o planejamento e organização destas instituições.

É possível sugerir como tema de futuros estudos a verificação das características das IMFs que privilegiam as mulheres em regiões específicas do mundo. E, por fim, quais outros fatores, como, por exemplo, volume de despesas administrativas das instituições, número de agentes de créditos ativos ou número de posto itinerantes, além dos abordados neste estudo, podem impulsionar o acesso feminino a esses serviços.

## Referências

- Abdullah, S., & Quayes, S. (2016). Do women borrowers augment financial performance of MFIs? *Applied Economics*, 48(57), 5593–5604. <https://doi.org/10.1080/00036846.2016.1181831>
- Arnold, J., & Gammage, S. (2019). Gender and financial inclusion: the critical role for holistic programming. *Development in Practice*, 29(8), 965–973. <https://doi.org/10.1080/09614524.2019.165125>
- Awojobi, O. N. (2014). Microfinance as a strategy for poverty reduction in Nigeria: empirical investigation. *International Journal Of Current Research*, 6(9), 8944-8951.
- Banerjee, A., Duflo, E., Goldberg, N., Karlan, D., Osei, R., Pariente, W., Shapiro, J., Thuysbaert, B., & Udry, C. (2015). A multifaceted program causes lasting progress for the very poor: Evidence from six countries. *Science*, 348(6236), 1260799. <https://doi.org/10.1126/science.1260799>
- Banerjee, A., Karlan, D., & Zinman, J. (2015). Six Randomized Evaluations of Microcredit: Introduction and Further Steps. *American Economic Journal: Applied Economics*, 7(1), 1–21. <https://doi.org/10.1257/app.20140287>
- Beck, T., Behr, P., & Madestam, A. (2018). Sex and credit: Do gender interactions matter for credit market outcomes? *Journal of Banking & Finance*, 87, 380–396. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2017.10.018>
- Ben Soltane B. (2012). Social and financial performance of microfinance institutions: Is there a trade-off? *Journal of Economics and International Finance*, 4(4). <https://doi.org/10.5897/jeif11.129>
- Boehe, D. M., & Barin Cruz, L. (2013). Gender and Microfinance Performance: Why Does the Institutional Context Matter? *World Development*, 47, 121–135.
- Brooks, M., Kristensen, K., Benthem, K. ., Magnusson, A., Berg, C., Nielsen, A., Skaug, H., Mächler, M., & Bolker, B. (2017). glmmTMB Balances Speed and Flexibility Among Packages for Zero-inflated Generalized Linear Mixed Modeling. *The R Journal*, 9(2), 378. <https://doi.org/10.32614/rj-2017-066>
- Chibba, M. (2009). Financial Inclusion, Poverty Reduction and the Millennium Development Goals. *The European Journal of Development Research*, 21(2), 213–230. <https://doi.org/10.1057/ejdr.2008.17>

- Dawood, T. C., Pratama, H., Masbar, R., & Effendi, R. (2019). Does financial inclusion alleviate household poverty? Empirical evidence from Indonesia. *Economics & Sociology*, 12(2), 235–252. <https://doi.org/10.14254/2071-789x.2019/12-2/14>
- Copestake, J. (2007). Mainstreaming Microfinance: Social Performance Management or Mission Drift? *World Development*, 35(10), 1721–1738. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2007.06.004>
- D'Espallier, B., Guérin, I., & Mersland, R. (2011). Women and Repayment in Microfinance: A Global Analysis. *World Development*, 39(5), 758–772. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2010.10.008>
- D'Espallier, B., Hudon, M., & Szafarz, A. (2013). Unsubsidized microfinance institutions. *Economics Letters*, 120(2), 174–176. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2013.04.021>
- Duflo, E. (2012). Women Empowerment and Economic Development. *Journal of Economic Literature*, 50(4), 1051–1079. <https://doi.org/10.1257/jel.50.4.1051>
- Ferrari, S., & Cribari-Neto, F. (2004). Beta Regression for Modelling Rates and Proportions. *Journal of Applied Statistics*, 31(7), 799–815. <https://doi.org/10.1080/0266476042000214501>
- Frees, E. W. (2004). *Longitudinal and Panel Data: Analysis and Applications in the Social Sciences*. Cambridge University Press.
- Freitas, A. F. d. (2013). Organizações de microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. *Revista de Administração da UFMS*, 6(1). <https://doi.org/10.5902/198346593826>
- Hartarska, V. (2009). The impact of outside control in microfinance. *Managerial Finance*, 35(12), 975–989. <https://doi.org/10.1108/03074350911000034>
- Hussaini, U., & Chibuzo, I. C. (2018). The effects of financial inclusion on poverty reduction: the moderating effects of microfinance. *International Journal Of Multidisciplinary Research And Development*, 5(12), 188–198.
- Leite, R. d. O. (2017). Microfinance: methodological review and research agenda. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj (Online)*, 22(3), 54–63.
- Leite, R. d. O., & Civitarese, J. (2019). Microfinance for women: Are there economic reasons? Evidence from Latin America. *Economics Bulletin*, 39(1), 571–580.
- Leite, R. d. O., Mendes, L. d. S., & Moreira, R. d. L. (2020). Profit status of microfinance institutions and incentives for earnings management. *Research in International Business and Finance*, 54, Artigo <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2020.101255>.
- Leite, R. d. O., Mendes, L. d. S., & Sacramento, L. C. (2019). To profit or not to profit? Assessing financial sustainability outcomes of microfinance institutions. *International Journal of Finance & Economics*, 24(3), 1287–1299. <https://doi.org/10.1002/ijfe.1718>
- Memon, A., Akram, W., & Abbas, G. (2020). Women participation in achieving sustainability of microfinance institutions (MFIs). *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/20430795.2020.1790959>
- Mersland, R., & Strøm, R. Ø. (2008). Performance and trade-offs in Microfinance Organisations—Does ownership matter? *Journal of International Development*, 20(5), 598–612. <https://doi.org/10.1002/jid.1432>
- Mersland, R., & Strøm, R. Ø. (2010). Microfinance Mission Drift? *World Development*, 38(1), 28–36. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.05.006>
- Miled, K. B. H., & Rejeb, J. E. B. (2015). Microfinance and Poverty Reduction: A Review and Synthesis of Empirical Evidence. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 195, 705–712. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.06.339>
- Muhammad, S.D. (2012). Women empowerment and microfinance: A case study of Pakistan. *African Journal of Business Management*, 6(22). <https://doi.org/10.5897/ajbm11.1973>

- Omar, M. A., & Inaba, K. (2020). Does financial inclusion reduce poverty and income inequality in developing countries? A panel data analysis. *Journal of Economic Structures*, 9(1). <https://doi.org/10.1186/s40008-020-00214-4>
- Quayes, S. (2012). Depth of outreach and financial sustainability of microfinance institutions. *Applied Economics*, 44(26), 3421–3433. <https://doi.org/10.1080/00036846.2011.577016>
- Core Team (2022). *R: A language and environment for statistical computing*. R Found 105 for Statistical Computing, Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>.
- Saravanan, S., & Dash, D. p. (2017). Microfinance and women Empowerment-Empirical evidence from the Indian states. *Regional and Sectoral Economic Studies*, 17(2), 61–74.
- Schmied, J., & Marr, A. (2016). Financial inclusion and poverty: The case of Peru. *Regional and Sectoral Economic Studies*, 16(2), 29–40.
- Strøm, R. Ø., D'Espallier, B., & Mersland, R. (2014). Female leadership, performance, and governance in microfinance institutions. *Journal of Banking & Finance*, 42, 60–75. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2014.01.014>
- Swamy, V. (2014). Financial Inclusion, Gender Dimension, and Economic Impact on Poor Households. *World Development*, 56, 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.019>
- Travassos, S. K. d. M., Leite, J. C. d. L., & Costa, J. I. d. F. (2018). Método de Valoração Contingente e modelo beta: uma visão econômica contábil para o dano ambiental do Estaleiro Atlântico Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(77), 266–282. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201802900>
- Vergara, S. C. (2016). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. Atlas.
- Zeller, M., & Meyer, R. L. (2002). The Triangle of Microfinance: financial sustainability, outreach, and impact. *Food Policy Statement*, 1(40), 1–2.